

☐ **REQUERIMENTO** Número /XI
(.ª)

☒ **PERGUNTA** Número /XI
(.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da Mesa

Assunto: Despedimento de 18 trabalhadoras e trabalhadores a falsos recibos verdes na Fundação de Serralves, concelho e distrito do Porto

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 22 de Março, a Directora-Geral da Fundação de Serralves, Odete Patrício, enviou a dezoito trabalhadoras e trabalhadores do serviço de atendimento e recepção daquela Fundação uma carta, comunicando a cessação de funções até ao próximo dia 12 de Abril, na sequência da sua substituição através a contratação de uma empresa especializada «*por motivos de maior racionalização de serviços*» (cfr. anexo 1). Todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores dispensados encontravam-se em situação de falsos recibos verdes, sendo que a maioria executava as mesmas funções há mais de cinco anos.

A 18 de Fevereiro, o Bloco de Esquerda solicitou esclarecimentos ao Governo sobre esta situação, não tendo recebido, até à data, qualquer resposta por parte do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Em resposta ao pedido de informações do Ministério da Cultura, remetido na sequência da pergunta n.º 1623/XI/1ª do Bloco de Esquerda, de 18 de Fevereiro, vem a Fundação de Serralves admitir que as prestações de serviço das e dos recepcionistas «*não configuram relações laborais*», pese embora ocorra «*nos espaços da Fundação*» e exija «*a utilização de equipamentos daquela*»,

acrescentando ainda que *«são os colaboradores que se organizam entre si e comunicam à Fundação a disponibilidade para prestar serviço»*. Ora, estas declarações não se revestem de verdade tal como o próprio sítio da internet da Fundação de Serralves comprova, pois o serviço de atendimento ao público tem um horário estipulado, a que acrescem os eventos promovidos pela própria Fundação, não sendo o horário de trabalho fixado pelas trabalhadoras e trabalhadores, ainda que eles se organizem na distribuição de turnos.

O ponto 1 do artigo 12º da Lei 9/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova a revisão do Código de Trabalho, estabelece a presunção de contrato de trabalho quando se verifiquem algumas das seguintes características: *«a) A actividade seja realizada em local pertencente ao seu beneficiário ou por ele determinado; b) Os equipamentos e instrumentos de trabalho utilizados pertençam ao beneficiário da actividade; c) O prestador de actividade observe horas de início e de termo da prestação, determinadas pelo beneficiário da mesma; d) Seja paga, com determinada periodicidade, uma quantia certa ao prestador de actividade, como contrapartida da mesma»*.

Assim, a situação profissional vivida pelas e pelos recepcionistas da Fundação de Serralves carece de legalidade, uma vez que há vários anos exercem as suas funções em regime de prestação de serviços, não obstante estarem inseridas/os na equipa, tal como demonstra a fotografia do sítio da Fundação (cfr. anexo 2), desenvolverem a sua actividade nas instalações do contratante, utilizando material da instituição e estarem sujeitos a uma hierarquia, facto que se constitui contra-ordenação muito grave (ponto 2 do artigo 12º da Lei supracitada).

Considerando as características das funções desenvolvidas por estas trabalhadoras e estes trabalhadores, alguns há mais de cinco anos, deveria a sua situação profissional ser regularizada, mediante a celebração do correspondente contrato de trabalho com a Fundação de Serralves. Porém, ao invés de tal regularização, a Administração daquele Fundação coagiu as e os recepcionistas a constituírem-se como empresa para manterem as mesmas funções de trabalho subordinado, procedendo ao despedimento das/os trabalhadoras/es pelo facto de estes não terem aceite tal pretensão da Administração, num comportamento

inaceitável, de profunda chantagem sobre as pessoas, de respeito pelas/os trabalhadoras/es e pela legislação em vigor.

Considerando que o Estado Português é fundador da Fundação de Serralves e que os Estatutos daquela Fundação definem duas nomeações por parte do Estado para o Conselho de Administração (artigo 9º do Decreto-Lei n.º 129/2003, de 27 de Junho), a situação das e dos recepcionistas consubstancia um exemplo de despedimento ilegal na Administração Pública a que o Governo deve responder.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento do despedimento das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço de recepção da Fundação de Serralves?
2. Considera o Governo que as e os recepcionistas não pertencem à equipa da Fundação de Serralves, não obstante aquelas trabalhadoras estarem na fotografia da equipa do sítio da internet daquela Fundação?
3. Considera o Governo admissível o despedimento das trabalhadoras e dos trabalhadores a falsos recibos verdes das e dos recepcionistas da Fundação de Serralves, cujo Conselho de Administração inclui dois administradores nomeados pelo Estado?
4. Considera o Governo legítimo que a Fundação de Serralves proceda ao despedimento das e dos recepcionistas, na sequência da recusa daquelas trabalhadoras e trabalhadores em se constituírem como empresa e de lutarem pela legítima celebração do respectivo contrato de trabalho, uma vez que as condições em que iriam desempenhar as suas tarefas correspondem às condições actuais?
5. Que medidas pretende o Governo desenvolver no sentido da correcção da situação profissional das trabalhadoras e dos trabalhadores em causa?

6. Está o Governo em condições de garantir a legalidade dos contratos de trabalho estabelecidos nas instituições tuteladas ou participadas pelo Estado?

Palácio de São Bento, 30 de Março de 2010.

A Deputada

O Deputado

Catarina Martins

José Moura Soeiro